
Literacia e literexclusão na vida quotidiana

*Maria do Carmo Gomes*¹

Actualmente, a capacidade de utilização das competências de leitura, escrita e cálculo na vida quotidiana a partir de materiais escritos é considerada como indispensável para os cidadãos funcionarem em pleno nas sociedades modernas. Não possuir essas capacidades é, na maioria das vezes, sinónimo de situações de exclusão social. Em Portugal, saber ler, escrever e contar pode (e deve) ser analisado tendo como referência empírica as pessoas que possuem estas competências de modo residual, definido que está o perfil de literacia da população nacional através dos estudos extensivos.

Foi exactamente com o propósito de estudar o uso das competências básicas (ou o modo como lidam com a sua ausência) e as condições sociais de existência das pessoas que se situam nos níveis mais baixos de literacia que se desenvolveu a pesquisa em que se baseia esta comunicação. São alguns dos resultados dessa investigação que aqui se pretendem discutir.

Serão, pois, apresentadas as situações contextuais de uso identificadas por esta população, o tipo de obstáculos e de soluções adaptativas encontradas para lidar com as dificuldades em decifrar a informação escrita na vida do dia-a-dia, e, por último, o conceito de *literexclusão* como uma dimensão processual da exclusão social.

Em síntese, este texto pretende contribuir, ainda que modestamente, para o entendimento do fenómeno da literacia, e espera-se que o possa fazer, por duas vias: a primeira através da clarificação dos conceitos e das posições teórico-metodológicas nos estudos sobre literacia e da sua complementaridade; e a segunda, pela apresentação de um caso que nos permite conhecer melhor e mais aprofundadamente as práticas e os contextos de utilização das competências de literacia, bem como as implicações que este fenómeno pode ter em situações de exclusão social.

O conceito de literacia

Não se pode, certamente, falar em *literacia*, sem revisitarmos, por um lado, a definição do próprio conceito e, por outro, aquelas que são as duas grandes posições teórico-metodológicas nos estudos realizados a este respeito.

Assim, por *literacia*, entendem-se “as capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana” (Benavente, *et al.*, 1996: 13). Capacidades essas que se baseiam nas competências básicas – a leitura, a escrita e o cálculo – e cuja utilização se pode fazer em diferentes suportes (mapas, gráficos, impressos, folhetos, cartas, textos, notícias, horários, etc.).

Como sabemos, para além das evoluções (e algumas involuções) conceptuais do termo *literacia*, as pesquisas desenvolvidas encerram-se em duas grandes linhas de referência, aqui designadas por: as *transversal-estruturalistas* e as *local-culturalistas*.

As primeiras centram a sua atenção nos perfis de distribuição das competências em unidades de análise alargadas, como o são, um país ou uma região, e na comparação dos resultados quantitativos-extensivos obtidos. No caso português, o Estudo Nacional de Literacia (Benavente, *et al.*, 1996), na sua componente quantitativa-extensiva, é desta linha de pesquisa, um excelente exemplo, para além de ser um referencial teórico, metodológico e empírico dos estudos subsequentes realizados em Portugal sobre este tema. Parte-se, pois, nesta linha de pesquisa, da ideia de que as competências de literacia são transversais aos diferentes contextos socioculturais e que por isso se podem medir e distribuir através de escalas quantitativas-extensivas.

¹ CIES/ISCTE

Os segundos, complementarmente, partem da ideia de que as competências de literacia podem (ou melhor, devem) ser estudadas tendo em conta a sua utilização em contextos socioculturais específicos. Não pretendem aferir distribuições quantitativas, nem obter relações quantificadas com outras variáveis estruturais de caracterização social, mas sim compreender os modos como os indivíduos nos diferentes contextos em que se inserem, utilizam as competências de leitura, escrita e cálculo. As monografias realizadas no quadro do Estudo Nacional de Literacia são uma importante referência a ter em conta nesta linha de pesquisa (Dias, 1996; Machado, 1996; Sebastião, 1996; Teixeira e Fontes, 1996a; 1996b), bem como algumas outras pesquisas qualitativas-intensivas entretanto desenvolvidas (Reis, 1995; Mansinho, 1999).

A investigação que desenvolvi (Gomes, 2002; 2003) assumiu exactamente uma configuração metodológica que a insere nesta segunda linha de pesquisas sobre literacia, não só pela estratégia de recolha de informação concebida, como também, pelos pressupostos conceptuais. A sua especificidade reside, porém, no entendimento da utilização das competências básicas de literacia como transversal aos diferentes contextos socioculturais. Torna-se assim possível analisar não só os usos contextualizados, como as próprias incapacidades de utilização, os obstáculos encontrados, as soluções preconizadas e, até mesmo, as situações de exclusão experienciadas.

Algumas notas empíricas...

Os resultados disponíveis mostram claramente que o perfil de literacia da população portuguesa se distribui acentuadamente nos níveis mais baixos (Níveis O e 1 da escala quantitativa) revelando fracas competências de leitura, escrita e cálculo para o processamento da informação contida em materiais escritos (Benavente, et al., 1996). E, em comparação com outros países do mundo, Portugal tem um perfil semelhante a países pouco desenvolvidos (OECD e Statistics Canada, 2000).

Estas distribuições, não são uma novidade, quando temos conhecimento dos fracos níveis de escolaridade que os portugueses possuem, mas constituem uma fonte de informação importante para reflectir sobre o que poderá significar essa ausência de capacidades para lidar com a informação escrita na vida do dia-a-dia.

Foi exactamente com esse propósito que se partiu para a pesquisa, tentando perceber como é que as pessoas que possuem fracas competências de literacia lidam com os materiais escritos com que se deparam nas suas múltiplas actividades do quotidiano.

Se, mais de metade da população portuguesa, não possui as competências necessárias para lidar com a informação escrita de modo satisfatório, a que limitações esse perfil conduz? Constitui-se a literacia como um factor exclusionário? Que soluções são encontradas para ultrapassar os obstáculos com que essas pessoas se confrontam? E se, embora pontuais, existem situações em que essas competências são accionadas e como se procede à decifração da informação escrita?

A investigação foi levada a cabo numa escola de 1º ciclo², onde se desenvolviam cursos de educação de adultos do ensino básico recorrente a um conjunto de indivíduos que não possuía sequer 4 anos de escolaridade, sendo que alguns deles nunca tinham frequentado a escola não sabendo ler nem escrever. Deste modo, foi possível, encontrar indivíduos com as

² Realizaram-se entrevistas biográficas semi-estruturadas aos alunos, em paralelo, com a recolha de notas decorrentes do trabalho de campo realizado registadas num diário de terreno. A 'escola dos grandes' foi pois o terreno onde a informação empírica se recolheu (Gomes, 2002). Trata-se de uma escola do 1º ciclo do ensino básico, como foi dito, na qual em horário pós-laboral decorrem os cursos de educação de adultos do ensino recorrente (1º ciclo). Na altura do trabalho de campo, esses cursos decorriam em 5 turmas. Os alunos eram cerca de 75, maioritariamente de etnia cigana, divididos por turmas compostas por 15 a 20 elementos. Dado o absentismo regular, habitualmente, os alunos a assistirem às aulas eram muito poucos (5 a 10 em cada turma). O que perfaz um total diário de 30 a 40 alunos, no máximo. De entre estes alunos, foram entrevistados 12 indivíduos (6 do sexo masculino e 6 do sexo feminino). Relativamente a outras variáveis como a idade, o grupo étnico de pertença e o ano de escolaridade frequentado anteriormente tentou-se alcançar a maior dispersão possível dentro do grupo para captá-lo em toda a sua amplitude.

características que me permitiriam analisar as dimensões em causa. Alguns dos resultados obtidos apresentam-se de seguida.

Quais as situações contextuais de uso e as soluções adaptativas utilizadas para ultrapassar os obstáculos no processamento da informação escrita?

As situações em que são accionadas as competências de leitura, escrita e cálculo são, porventura, mais diversas do que se podia supôr à partida, e variam consoante o tipo de práticas que os indivíduos conseguem realizar. Estas situações embora assumam cada vez mais um carácter generalizado, são mediadas pelas diferentes posições relativamente à posse das competências básicas, o que origina, como se verá mais adiante, variações nas formas como são utilizadas e nos contextos situacionais e relacionais onde ocorrem.

Podem identificar-se, genericamente, a partir da informação contida na Figura 1, duas ordens de situações em que surge a necessidade de decifrar a informação escrita, e consequentemente, de accionar as competências de literacia. Uma prendem-se com a interacção a estabelecer com instituições públicas e privadas. Quer seja para resolver os processos de abertura de conta ou transferência de dinheiro num banco, quer seja para pedir ou renovar o bilhete de identidade ou um outro cartão de identificação, como os de contribuinte ou o de utente do serviço nacional de saúde em serviços de atendimento ao público. Outras são as que, em princípio, não requerem qualquer tipo de relação interpessoal. Ler as legendas da televisão, identificar qual o autocarro que serve para determinado destino, ler uma informação afixada em forma de aviso ou o nome de uma rua, ler o preço de um produto, etc. são alguns dos exemplos em que as competências de literacia são necessárias e utilizadas para processar a informação escrita.

Os casos apresentados na Figura 1 não constituem, claro está, a totalidade das situações de uso que podem ser referidas por esta população. Dão apenas uma ideia da diversidade de situações experienciadas, ao mesmo tempo que caracterizam um determinado tipo de uso da literacia associado às pessoas que possuem estas competências de modo muito reduzido.

Figura 1. Situações contextuais de uso das competências de literacia

Situações Contextuais de Uso	Descrição
SITUAÇÃO A O Bilhete de Identidade: pagar ou encher os papéis?	<ul style="list-style-type: none"> - Total ausência de competências de literacia – identificação do analfabetismo através do carimbo ‘<i>Não sabe assinar</i>’; - Evitamento de exposição das incapacidades de leitura e escrita recorrendo a outras pessoas que possuem as competências de literacia necessárias; - Preenchimento dos impressos e assinatura do Bilhete de Identidade realizados de forma eficaz.
SITUAÇÃO B A ida ao banco e/ou aos correios: pôr o dedo ou assinar o nome	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização da impressão digital como forma de atestar a sua identidade - pôr o dedo; - Preenchimento e assinatura dos impressos realizados de forma eficaz.
SITUAÇÃO C As finanças: passar a ser contribuinte	<ul style="list-style-type: none"> - Recorrência a outras pessoas que possuem as competências de literacia necessárias, frequentemente os próprios funcionários das instituições.
SITUAÇÃO D RMG e realojamento: caminhos do beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> - Incompreensão total dos processo de se tornar beneficiário do RMG – recorrência a outras pessoas que possuem as competências de literacia necessárias; - Existência de muitas dificuldades em compreender determinadas informações, principalmente, as que estão contidas em cartas ou impressos.
SITUAÇÃO E As letras na televisão...	<ul style="list-style-type: none"> - As legendas da televisão são uma das formas mais frequentes de leitura - uns conseguem lê-las com facilidade, enquanto outros não o fazem devido à rapidez com que passam, em conjunto com as dificuldades de leitura que têm.
SITUAÇÃO F Apanhar um autocarro para o <i>Martim Moniz</i> : 42 ou 60?	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência das capacidades de leitura ou de identificação dos algarismos para se saber qual o autocarro a tomar para determinado destino; - Utilização da solução imediatista de perguntar a alguém no momento que chega o transporte à paragem: ‘<i>é o 42 ou o 60?</i>’ quando se sabe qual o número da carreira que se quer ou deve tomar para determinado destino.
SITUAÇÃO G As ruas sem nome e os avisos sem palavras	<ul style="list-style-type: none"> - Grandes dificuldades no manuseamento da informação escrita encontram-se nas pessoas com as capacidades de literacia mais reduzidas, comprometendo muitas vezes o acesso a um determinado local ou serviço (ex: farmácias de serviço, avisos nos centros de saúde ou hospitais).
SITUAÇÃO H Compras e trocos: <i>Quanto é? Quanto lhe devo?</i>	<ul style="list-style-type: none"> - A maioria das situações não implica o uso do cálculo escrito, mas sim, as operações aritméticas feitas de cabeça; - A utilização da escrita para realização dos cálculos aritméticos passa quase sempre pelas aprendizagens no contexto escolar.
SITUAÇÃO I Receitas médicas e culinárias: as quantidades certas para os produtos	<ul style="list-style-type: none"> - As competências de cálculo utilizadas nestas situações pressupõem não só as operações aritméticas mas também a leitura dos textos contidos nesses documentos. Este accionar de múltiplas competências simultaneamente complexifica o processo de decifração da informação e de resolução dos problemas a ele associados.
SITUAÇÃO J Jornais, revistas e livros: da <i>Bola</i> aos <i>quadrinhos</i> ...	<ul style="list-style-type: none"> - As práticas de literacia desenvolvidas por esta população baseiam-se praticamente na utilização de suportes informais; - A leitura de jornais, livros e revistas são realizadas sobretudo em suportes cujos conteúdos não sejam demasiado complexos – jornais desportivos, revistas <i>cor-de-rosa</i>, livros de banda desenhada.

Mas, se estas situações são resolvidas por alguns indivíduos com relativa facilidade, para outros são autênticos desafios cognitivos. Importa perceber e analisar quais os obstáculos com que se confrontam os indivíduos possuidores de reduzidas competências de literacia. E por que razões, algumas vezes, isso acontece, relacionado com as próprias dificuldades de utilização das competências de literacia, e outras devido a elementos do próprio contexto que dificultam os

processos de decifração da informação escrita. Inicie-se então a identificação dos obstáculos quer directa quer indirectamente relacionados com as fracas competências de literacia. Como são vividas por estas pessoas, as situações em que a ausência de competências para lidar com determinados papéis por preencher, informações para ler, cálculos para realizar, etc. os torna diferentes dos outros que conseguem fazê-lo? Como agem, ou melhor, reagem, essas pessoas quando são confrontadas com situações para as quais não possuem as competências de literacia necessárias?

No quotidiano destes indivíduos, a informação escrita cruza-se, essencialmente, em dois tipos de situações – as que passam pela interacção com instituições e as que prescindem dela – como já se viu. Em algumas delas estes cruzamentos constituem-se enquanto vivências de momentos de frustração relativamente aos processos de decifração da informação escrita através da leitura, da escrita ou do cálculo.

Identificaram-se nos discursos analisados, dois modos de os obstáculos às práticas de literacia se manifestarem. O primeiro relaciona-se directamente com as fracas competências de leitura, escrita e cálculo que esta população possui; o segundo ocorre por elementos situacionais que exponenciam essas reduzidas capacidades, e portanto, só de modo indirecto se encontra uma relação.

O modo directo dos indivíduos se confrontarem com situações para as quais não possuem competências suficientes traduz-se, basicamente, nas situações que já foram identificadas como contextos de utilização da leitura, da escrita e cálculo. São, por exemplo: a impossibilidade de ler uma informação contida num cartaz, anúncio, autocarro, entre outros suportes; a assinatura de um documento, o preenchimento de um impresso, a escrita de uma frase ou de um texto, a resposta a um anúncio de emprego, etc.; a realização de um troco, a gestão do orçamento doméstico, ou um cálculo mais complexo recorrendo à escrita dos algarismos e consequentes operações aritméticas.

De salientar que todas estas situações, fazendo parte do universo de contextos de utilização de literacia por esta população, caracterizam-se por necessidades pragmáticas vividas no quotidiano. O carácter de instrumentalidade das competências de leitura, da escrita e do cálculo remete-nos somente para alguns campos da vida em sociedade, ficando de fora todos os usos mais sofisticados destas capacidades, como são exemplo a participação cívica, o acesso à cultura, o uso das novas tecnologias, entre outros. Como justificações surgem *o não ligar a isso* ou *a esse tipo de coisas*. Tal como já foi dito, as práticas de literacia dependem não só das competências que se podem utilizar para cada caso concreto, mas também de elementos contextuais da própria situação.

Muitas das vezes, os obstáculos são estruturais por se referirem à ausência total de competências básicas. Outras vezes são situacionais porque tem a ver com a forma como o momento de interacção é experienciado, o tipo de suportes utilizado e a informação neles contida.

As indicações relativas à instrumentalidade e à rudimentaridade das competências remetem-nos para elementos culturais que se relacionam com os modos de vida da pobreza e com as trajetórias sociais e escolares destes indivíduos, ou seja, com a sua forma de estar na vida e em sociedade. Não descurando o facto de que a contextos pobres em literacia estão associadas determinadas utilizações das competências básicas, deverão ser ainda identificadas as soluções que estas pessoas encontram para lidar com os obstáculos com que se confrontam.

Uma solução adaptativa encontrada é a que se baseia na rotinização de alguns procedimentos para lidar com a informação escrita, seja através de mecanismos cognitivos precisos, seja com o auxílio de outra pessoa para que se consiga ultrapassar a situação. Relativamente à segunda, esta *ajuda* caracteriza-se, muitas vezes, pelo recorrer a um familiar que assume no contexto de cada agregado o papel de ‘executor das competências de literacia’. Assume-se a dependência, ao mesmo tempo, que se confere o poder do exercício dessas competências a uma dada pessoa, normalmente, com habilitações escolares mais elevadas, o que, nestes casos, pode significar ter frequentado apenas mais um ano de escolaridade. É-lhe conferido um estatuto especial, ao mesmo tempo, que é exigida nestas comunidades uma forte densidade dos laços intra e inter familiares.

Mais uma vez, verifica-se que as soluções encontradas para lidar não só com as situações de utilização da informação escrita mas, também, com os obstáculos com que se deparam passam pela informalidade e pela instrumentalidade. Pode recorrer-se a um familiar do agregado doméstico, como também a um qualquer conhecido se a situação assim o exigir.

Nestes casos, a diferença reside em não se reconhecer nenhum estatuto específico ao indivíduo a quem se recorreu, apenas se utilizam os recursos disponíveis para a resolução imediata da situação.

As práticas e situações de uso das competências de literacia analisadas remetem para conclusões que permitem afirmar que estas se caracterizam, por um lado, pela diversidade e, por outro, pela instrumentalidade. Quer isto dizer que os indivíduos pertencentes aos níveis mais baixos da escala quantitativa têm posicionamentos muito diferentes quer no que respeita à posse das competências básicas de literacia e às formas como são manuseadas para decifrar a informação escrita quer no que se refere às motivações instrumentalizadas do seu uso na vida quotidiana.

Este último aspecto chama também a atenção para a importância dos contextos em que as competências de literacia são utilizadas. As diferentes situações de uso apresentadas são características de contextos pobres em literacia. Os saberes formais e informais são accionados em conjunto para resolver as situações de relação com a informação escrita. Encontram-se soluções adaptativas radicadas em aprendizagens rotinizadas ou em redes de ajuda que permitem ultrapassar os obstáculos encontrados. Adquirem-se novas competências através das aprendizagens escolares nos cursos de educação de adultos do ensino recorrente. Tudo isto permite aos indivíduos em questão funcionarem, mas mal, com muitas limitações e dependências como ficou demonstrado, nas sociedades modernas do conhecimento e da informação.

Como é que a literacia se pode constituir como uma dimensão de exclusão social?

Passando ao terceiro ponto de reflexão, e dadas as anteriores referências, é indispensável discutir como é que a literacia se pode constituir como um factor de exclusão social, e de que modo é que isso se interliga com as habituais dimensões de análise deste fenómeno?

O fenómeno da exclusão social e da pobreza nas sociedades modernas está intimamente relacionado com as questões do emprego e do mercado de trabalho, e conseqüentemente, com os processos de escolarização e de aquisição de qualificações escolares e profissionais.

Fala-se muitas vezes, de *iliteracia*, fazendo corresponder este conceito às incapacidades de uso das competências de leitura, escrita e cálculo. Mas, o próprio conceito não permite que se meçam as incapacidades, já que a literacia é medida pela positiva e não pela negativa. Assim, e a partir desta posição conceptual, pretendeu-se perceber como é que se lidava e não como é que não se lidava com os materiais escritos? Que competências se possuíam e não as que não se possuíam? E por aí fora... Pretendia-se, mais do que tudo, perceber se essas pessoas se sentiam excluídas, de que modo, e em que situações.

A *literexclusão* é uma dimensão de exclusão social que revela as incapacidades processuais dos indivíduos se relacionarem e utilizarem a informação escrita em materiais impressos através das competências básicas de literacia, como o são a leitura, a escrita e o cálculo. O argumento central passa pela concepção de exclusão social como sendo composta de várias dimensões, tendo a *literexclusão* que ser entendida como um alargamento dos conteúdos a três níveis diferentes.

Um primeiro nível revelado de exclusão social traduz-se nas incapacidades de utilizar a informação escrita *em si próprias* remetendo os indivíduos nessa situação para vivências exclusionárias por não possuírem as competências necessárias de leitura, escrita e cálculo. Trata-se, pois, de mais um conteúdo processual que se acrescenta ao conceito de exclusão social.

Num segundo nível, encontram-se as *consequências sociais* de não se possuir as competências básicas de leitura, escrita e cálculo para o processamento de informação escrita na vida quotidiana. Não possuindo estas capacidades ficam seriamente comprometidas as possibilidades de obter um emprego qualificado, restando os lugares mais desqualificados e subalternizados como oferta laboral para uma população com estas características. Bem como, o

acesso a uma efectiva participação cívica é condicionado pelo manuseamento eficiente da informação escrita, muitas das vezes representado nas situações mais banais e generalizadas do uso das competências básicas, como a obtenção do estatuto de cidadão através do pedido do bilhete de identidade ou o acesso ao serviço de saúde público. Assim, a *literexclusão* constitui-se também como um factor estruturante de outras dimensões de exclusão social como, por exemplo, o acesso ao emprego ou o exercício da cidadania.

Por fim, um terceiro nível pode ser conceptualizado como as *percepções individuais* da exclusão social. Tal como acontece com outros campos sociais em que a exclusão se pode manifestar, por exemplo, em relação ao emprego, estes indivíduos sentem-se excluídos por não possuírem as competências básicas de leitura, escrita e cálculo ou por não as conseguirem accionar em situações específicas de manuseamento da informação escrita. Como se viu, essas percepções surgem, por um lado, devido a situações de estigmatização dos indivíduos que não possuem as competências básicas de literacia, e por outro, por se sentirem privados relativamente a outros que utilizam as capacidades de leitura, escrita e cálculo com facilidade.

Bibliografia

- BENAVENTE, Ana (org.), Alexandre ROSA, António FIRMINO DA COSTA, e Patrícia ÁVILA (1996), *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação.
- DIAS, Helena Caninhas (1996), “Agricultores e literacia: relação com a informação institucional e vida quotidiana no Centro Litoral”, em Ana Benavente (org.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação, pp. 357-392.
- GOMES, Maria do Carmo (2002), *Literacia e Educação de Adultos: Percursos, Processos e Efeitos. Um estudo de caso*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, dissertação de mestrado.
- GOMES, Maria do Carmo (2003), “Literexclusão na vida quotidiana”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, pp. 63-92.
- MACHADO, Fernando Luís, (1996), “Minorias e literacia: imigrantes guineenses em Portugal”, em Ana Benavente (org.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação, pp. 171-238.
- MANSINHO, Maria Inês (1999), “Saber ler e escrever: comunicar com os agricultores”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 30, pp. 165-192.
- OECD e Statistics Canada (2000), *Literacy in the Information Age: Final Report of the International Literacy Study*, Paris/Ottawa, OECD and Minister of Industry.
- REIS, Filipe (1995), *Saberes e Contextos de Aprendizagem: Práticas Escolares e Usos Quotidianos da Escrita*, PAPCC, Lisboa, ISCTE.
- SEBASTIÃO, João (1996), “Relações dos jovens com a literacia: contextos de socialização em meio operário”, Ana Benavente (org.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação, pp. 239-265.
- TEIXEIRA, Leonor, e FONTES, Miguel (1996a), “A literacia na vida quotidiana dos idosos: duas freguesias do centro histórico de Lisboa”, e, Ana Benavente (org.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação, pp. 267-310.
- TEIXEIRA, Leonor, e FONTES, Miguel (1996b), “Literacia numa vila do interior: trabalhadores fabris e do pequeno comércio”, em Ana Benavente (org.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação, pp. 311-355.